

Estudo sobre a evidenciação de capital intelectual das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil

Darci Schnorrenberger (UFSC) - darcisc@gmail.com

Bruno José Sousa (UFSC) - bj.sousa@yahoo.com.br

Donizete Reina (UFSC) - dreina2@hotmail.com

Resumo:

As características do Capital Intelectual (CI) associadas às mudanças ocorridas na forma de fazer e manter negócios, acentuaram a relevância dos intangíveis para as organizações. O estudo apresenta uma investigação sobre a evidenciação voluntária do Capital Intelectual nos Relatórios de Administração das companhias de distribuição de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA e que atendem mais de um milhão de consumidores. Para tanto, estudou-se os Relatórios da Administração logo, dados de natureza secundária. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, com codificação numérica adaptada de Guthrie et al (1999) e classificação das categorias de elementos de CI proposta por Sveiby (1997). Os resultados demonstraram que: i - a divulgação ocorre de maneira predominantemente textual; ii - em 2003, a Copel mais evidenciou elementos de CI (16). De 2004 a 2007, este papel coube a Cemig com 18, 19, 22 e 20 evidenciações, respectivamente; iii – os elementos Sistemas de Informações no Capital Interno, Clientes na categoria Capital Externo e Educação na Competência dos Funcionários, predominam; iv - houve uma inversão na evidenciação por categoria. Em 2003 e 2004, o Capital Externo foi a categoria mais evidenciada, confirmando resultados de pesquisas anteriores. No entanto, de 2005 a 2007, a Competência dos Funcionários tornou-se a categoria mais destacada; v - a evidenciação média do CI apresentou um crescimento de quase 50% no período analisado, saindo de 41% em 2003 para 61% em 2007. Isto demonstra a importância crescente atribuída pelas empresas estudadas ao tema.

Palavras-chave: *Capital intelectual. Evidenciação. Distribuidoras de energia elétrica.*

Área temática: *Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual*

Estudo sobre a evidenciação de capital intelectual das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil

Resumo

As características do Capital Intelectual (CI) associadas às mudanças ocorridas na forma de fazer e manter negócios, acentuaram a relevância dos intangíveis para as organizações. O estudo apresenta uma investigação sobre a evidenciação voluntária do Capital Intelectual nos Relatórios de Administração das companhias de distribuição de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA e que atendem mais de um milhão de consumidores. Para tanto, estudou-se os Relatórios da Administração logo, dados de natureza secundária. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, com codificação numérica adaptada de Guthrie *et al* (1999) e classificação das categorias de elementos de CI proposta por Sveiby (1997). Os resultados demonstraram que: i - a divulgação ocorre de maneira predominantemente textual; ii - em 2003, a Copel mais evidenciou elementos de CI (16). De 2004 a 2007, este papel coube a Cemig com 18, 19, 22 e 20 evidenciações, respectivamente; iii – os elementos Sistemas de Informações no Capital Interno, Clientes na categoria Capital Externo e Educação na Competência dos Funcionários, predominam; iv - houve uma inversão na evidenciação por categoria. Em 2003 e 2004, o Capital Externo foi a categoria mais evidenciada, confirmando resultados de pesquisas anteriores. No entanto, de 2005 a 2007, a Competência dos Funcionários tornou-se a categoria mais destacada; v - a evidenciação média do CI apresentou um crescimento de quase 50% no período analisado, saindo de 41% em 2003 para 61% em 2007. Isto demonstra a importância crescente atribuída pelas empresas estudadas ao tema.

Palavras-chave: Capital intelectual. Evidenciação. Distribuidoras de energia elétrica.

Área Temática: 13 – Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual

1 Introdução

O patrimônio das empresas é o objeto de estudo da Contabilidade. E o objetivo da Contabilidade é fornecer informações sobre a situação econômico-financeira das empresas aos seus usuários por meio das demonstrações contábeis (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000; MURCIA e BORBA, 2007; PIACENTINI, 2004).

As informações contidas nas demonstrações contábeis são complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração. São importantes para a avaliação das tendências por parte das empresas, bem como os investimentos a serem feitos. Nesse sentido, Dalmácio e Paulo (2004) relatam que dentre os demonstrativos exigidos pela Lei nº 6.404/76, apenas o Relatório da Administração (RA) e as Notas Explicativas permitem maior evidenciação da situação social e política da empresa, sendo que estes são itens importantes para a avaliação de uma empresa.

De acordo com Neiva (1999, p.11), “a avaliação de uma empresa não pode ser feita segundo princípios de uma ciência exata”, e, sendo assim, os decisores necessitarão de informações nem sempre contempladas pelos demonstrativos tradicionais.

A crescente atenção dispensada às fontes de conhecimento na criação de valor tem exigido novas estruturas para relatar o desempenho organizacional. Entretanto, a maioria dessas fontes não é, regularmente, relatada em balanços tradicionais. Isso tem criado uma lacuna informacional no mercado, e, cada vez, mais investidores estão demandando a

divulgação voluntária dessas fontes de conhecimento a fim de preencher essa lacuna (MOUTISEN, BUKH e MARR, 2005 *apud* REINA, ENSSLIN e BORBA, 2008).

As evidenciações voluntárias são meios utilizados por investidores para analisar estratégias e fatores de sucesso das companhias, bem como analisar o ambiente onde estas se encontram inseridas (PIACENTINI, 2004).

Nesse contexto, surge o questionamento: Qual o nível de evidenciação voluntária de Capital Intelectual nos Relatórios de Administração das empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil, listadas na BM&FBOVESPA? Para responder a esta questão, a pesquisa tem como objetivo principal investigar o grau de evidenciação de Capital Intelectual nos Relatórios da Administração entre os anos de 2003 a 2007, por parte das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil que operam na BM&FBOVESPA.

Este estudo se justifica por apresentar um panorama sobre a evidenciação voluntária das 14 maiores empresas pertencentes ao setor elétrico, identificando as que mais evidenciam o CI bem como os elementos mais evidenciados de CI nos anos de 2003 a 2007.

Após esta de caráter introdutório, a seção 2 aborda a plataforma teórica; a seção 3 apresenta a metodologia empregada; a seção 4 traz os resultados da pesquisa, nos quais são apresentados os resultados; e, por fim, as conclusões e referências utilizadas.

2 Referencial teórico

Numa organização, podem ser detectados três tipos de capital: o financeiro, representado por monetários, ações, etc; o físico, como, por exemplo, estoques e equipamentos; e, finalmente, o Capital Intelectual, como o espírito empreendedor, os processos administrativos, a carteira de clientes entre outros (LYNN, 1998; BRENNAN, 2001; CARVALHO, ENSSLIN, IGARASHI, 2006).

Assim, cumpre estabelecer que no presente artigo em termos de: (i) terminologia – será adotada a expressão CI, para se referir ao tema (Capital Intelectual), estando essa mais ligada à contabilidade gerencial, visto que a presente pesquisa possui um enfoque gerencial e não dá grande ênfase a legislação vigente; (ii) conceito – entende-se, no contexto desta pesquisa, que CI está diretamente relacionado às atividades de gestão que a gerência inicia e apóia, em busca da agregação de valor organizacional e promoção de sua continuidade; e (iii) propósito das informações – há os usuários externos como aqueles a quem a pesquisa está destinada.

Com o advento da tecnologia e todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, a diferença do valor contábil (histórico) e de mercado das entidades está cada vez maior, conforme observam Antunes e Martins (2002). Acredita-se que os responsáveis por essa diferença sejam os bens incorpóreos ou bens de natureza intangível. Um ativo pode ser Tangível ou Intangível, porém ele vale o que é capaz de gerar no futuro. Assim, as estratégias definidas por uma empresa afetam, de maneira positiva ou negativa, sua valorização (KAYO e BASSO, 2005). Investir na formação de funcionários competentes, manter uma relação de excelência e inovação traz prosperidade e agrega valor à empresa, sendo que esses recursos se tornaram fundamentais para as organizações de todos os setores, pois considera-se que o processo produtivo está cada vez mais dependente de valores intangíveis gerados pelo conhecimento (NONAKA e TAKEUCHI, 1997; STEWART, 1998; e SVEIBY 1998).

Por tratar-se de um elemento subjetivo e de mensuração complexa, conforme expõem Hendriksen e Breda (1999, p.388), “[o]s intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito de seus valores e da estimação de suas vidas úteis”.

Com a chegada da Lei nº11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, notam-se várias mudanças em relação aos intangíveis, dentre as quais a criação do subgrupo intangível dentro do grupo Permanente no Balanço Patrimonial das empresas. Todavia a evidenciação voluntária do CI tem exercido importante papel quanto possibilitar mais informações aos investidores e demais *stakeholders*.

De acordo com Schmidt e Santos (2002, p.14), “o termo intangível vem do latim *tangere* ou tocar. Logo, os bens intangíveis são os que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico”. Para Beuren e Oliveira (2003), esses ativos são atualmente um dos principais fatores de vantagem competitiva para as empresas.

Para que se evidencie o valor de uma sociedade e sua perspectiva de geração de benefícios futuros, é necessário que se considere não apenas seu valor patrimonial, mas também seu intangível, o que agrega valor às empresas e mantém vantagens competitivas (SCHNORRENBURGER, 2005).

As informações publicadas nos demonstrativos contábeis são relevantes, porém têm-se mostrado insuficientes para prover o efetivo suporte à tomada de decisão. O Relatório de Administração (RA), na visão de Iudicibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 505), “representa um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões”. Nesse contexto, o RA oferece informações adicionais e complementares às demonstrações financeiras de uma entidade, de tal forma a permitir a realização de projeções das suas tendências. Ele constitui-se numa fonte útil de informações sobre a empresa, visto que nele são relatadas informações importantes para os acionistas e para o público em geral, ou seja, trata-se de relatório utilizado para ilustrar a situação da empresa para o público externo, sendo que o administrador da empresa tem controle da divulgação discricionária dessas informações (CARVALHO, ENSSLIN, IGARASHI, 2006). Dessa forma, justifica-se a utilização desse demonstrativo como fonte de informações.

As informações repassadas aos sócios e acionistas estariam mais completas caso, nos relatórios, fossem retratados seu CI, o que poderia reduzir as diferenças entre seus valores contábeis e seus valores de mercado. Este estudo pretende demonstrar como os elementos de CI fazem parte da realidade de grandes empresas do setor elétrico, por meio da análise dos RA's. Observa-se que Carvalho, Ensslin e Igarashi (2006); Reina, Ensslin e Borba (2008); e Reina, Ensslin e Vicente (2008) realizaram estudos envolvendo evidenciação voluntária. Esta pesquisa busca corroborar os estudos anteriores, porém sob a ótica das empresas do setor elétrico.

3 Metodologia da pesquisa

A pesquisa adotou a metodologia de Guthrie *et al* (1999) que atribui códigos numéricos aos elementos de CI identificados (Tabela 2). Foi realizada uma análise de conteúdo dos Relatórios de Administração, divulgados com data base de 31 de dezembro de 2003 a 2007, das 14 maiores empresas brasileiras de Distribuição de Energia Elétrica, selecionadas pelo critério Unidades Consumidoras atendidas (acima de 1 milhão), coletados na Bolsa Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Com essa análise, procurou-se identificar os elementos de CI evidenciados.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as empresas elétricas do País estão divididas pelo número de unidades consumidoras às quais atendem, sendo a divisão em empresas que atendem até a 300 mil unidades consumidoras, de 301 mil a 600 mil unidades, de 601 a 999 mil unidades consumidoras e, por fim, empresas que atendem acima de 1 milhão de unidades consumidoras. As maiores empresas são as que atendem acima de 1

milhão de consumidores (segundo a ANEEL), e a razão pela escolha das maiores empresas é o seu porte e a consequente necessidade de atender a uma maior quantidade de usuários de suas informações.

Este estudo é descritivo, pois procura descrever os elementos de CI divulgados nos Relatórios de Administração e fazer uma análise comparativa entre os anos de divulgação. Para Gil (1999, p. 70), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”. A pesquisa descritiva tende a proporcionar maior clareza sobre o problema estudado: neste estudo, esclarecendo a forma de evidenciação do CI pelas empresas do setor elétrico.

A classificação adotada para a pesquisa é a definida por Sveiby (1997), na qual o autor classifica o CI em três categorias, a saber: (i) Capital Interno, que se refere à administração interna da empresa, como Filosofia gerencial e Processos, etc.; (ii) Capital Externo, que está mais voltada às ações externas da empresa como Clientes e negócios entre outros; e (iii) Competência dos funcionários, que está mais ligada ao quadro de colaboradores da companhia, num total de 24 elementos.

Os relatórios foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A pesquisa é documental, visto que foram utilizados dados secundários (Relatórios). Na visão de Richardson (1999, p. 253), esse tipo de pesquisa “não tem relação direta com o acontecimento registrado, senão através do elemento intermediário”, neste caso, os RAs.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa (RICHARDSON, 1999). Nesse sentido, a pesquisa procura verificar a preocupação e o nível de explicitação de CI nos relatórios das empresas pesquisadas, verificar itens divulgados, quais categorias mais ilustradas e as variações de um ano para o outro.

3.1 Universo e amostra

Inicialmente a amostra seria composta por 16 empresas classificadas como sendo as maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Todavia, desse total duas não fizeram parte da amostra uma vez que seus dados não se encontram disponíveis no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo. Estas empresas são: Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE), sendo que até a data da pesquisa ela ainda não havia divulgado suas informações referentes ao ano de 2007 e a Companhia de Eletricidade de Goiás (CELG) por não possuir dados divulgados referentes a 2003. E para que os resultados não fossem prejudicados no quesito análise comparativa entre anos, optou-se pela não-utilização dessas empresas na amostra, ficando esta amostra definida com 14 empresas, conforme Tabela 1.

A coleta dos dados foi feita entre os dias 18 e 19 de março de 2008, e alguns dados de 2007 só puderam ser coletados em 22 de abril de 2008. Os dados coletados foram extraídos do *site* da BM&FBOVESPA.

Tabela 1 - Empresas com mais de 1 milhão de Unidades Consumidoras

Nº	CONCESSIONÁRIA	ABREVIACÃO	UF
01	AMPLA Energia e Serviços S/A	AMPLA	RJ
02	Bandeirante Energia S/A	EBE	SP
03	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	CELESC	SC
04	Centrais Elétricas do Pará S/A	CELPA	PA
05	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	COELBA	BA
06	Companhia Energética de Minas Gerais	CEMIG	MG
07	Companhia Energética de Pernambuco	CELPE	PE
08	Companhia Energética do Ceará	COELCE	CE
09	Companhia Paranaense de Energia	COPEL	PR
10	Companhia Paulista de Força e Luz	CPFL	SP
11	Companhia Piratininga de Força e Luz	PIRATININGA	SP
12	Elektro Eletricidade e Serviços S/A	ELEKTRO	SP
13	Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A	ELETROPAULO	SP
14	Light Serviços de Eletricidade S/A	LIGHT	RJ

Fonte: Site Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

3.2 Análise de conteúdo dos Relatórios

A análise de conteúdo dos Relatórios de Administração das empresas pertencentes à amostra foi realizada utilizando-se a metodologia de Guthrie *et al* (1999). Essa metodologia baseia-se na adoção de um sistema de codificação numérica quando o elemento de CI é identificado. Os códigos são:

- 0 = item não apareceu no relatório anual;
- 1 = item apareceu no relatório anual de forma narrativa;
- 2 = item recebeu um valor numérico no relatório anual;
- 3 = item recebeu um valor monetário no relatório anual.

No estudo empírico de Guthrie *et al* (1999) assim como nos estudos de Carvalho, Ensslin, Igarashi (2006); Rotini (2007); Reina, Ensslin e Borba (2008); e Reina, Ensslin e Vicente (2008), verificou-se que muitos elementos não eram evidenciados (código 0), a maioria dos elementos evidenciados eram na forma narrativa (código 1), praticamente, inexistiam atribuições de valores numéricos (código 2) e monetários (código 3). Neste estudo será observado se esses resultados se confirmam. Para determinar os elementos e suas categorias pesquisadas, é utilizada na pesquisa a classificação de Sveiby (1997), tanto em termos das categorias, quanto em termos dos elementos.

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura dos RAs das empresas da amostra. Os dados apurados foram registrados, pela matriz adotada para esse fim (Tabela 2). Quando o item não era identificado no relatório, atribuía-se 0; e toda vez que o item aparecia no relatório de forma narrativa, atribuía-se o código 1.

Após o processo de atribuição dos códigos (0 e 1), foi feito um somatório, no eixo vertical, dos elementos presentes na divulgação dos relatórios das empresas. Simultaneamente foi feito um somatório no eixo horizontal, para investigar quantas vezes o elemento foi evidenciado ao longo de 5 anos. O resultado deste procedimento encontra-se evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2 - Matriz desenhada para análise de conteúdo dos Relatórios de Administração

Classificação	Número de Evidenciações					
	2003	2004	2005	2006	2007	Totais
1 Capital Interno	297					
1.1 Patentes	1	3	0	1	0	5
1.2 Direitos autorais	1	1	0	1	0	3
1.3 Marcas registradas	1	1	0	1	0	3
1.4 Filosofia gerencial	7	10	8	11	14	50
1.5 Cultura corporativa	12	12	9	11	12	56
1.6 Processos gerenciais	9	11	9	12	14	55
1.7 Sistemas de informações	12	13	13	12	14	64
1.8 Sistemas de relacionamentos	3	3	10	9	8	33
1.9 Relações financeiras	4	4	7	6	7	28
2 Capital Externo	351					
2.1 Marcas	13	13	13	11	12	62
2.2 Clientes	14	13	14	14	14	69
2.3 Fidelidade de clientes	10	13	13	11	11	58
2.4 Nome da companhia	11	12	12	9	12	56
2.5 Canal de distribuição	1	4	2	3	7	17
2.6 Colaboração dos negócios	4	5	5	8	6	28
2.7 Acordo licenciado	1	0	2	6	5	14
2.8 Contrato favorável	6	7	10	11	13	47
2.9 Acordos de franchising	0	0	0	0	0	0
3 Competência dos Funcionários	224					
3.1 Know-How	6	10	8	9	8	41
3.2 Educação	10	10	12	13	12	57
3.3 Qualificação vocacional	5	8	11	10	9	43
3.4 Conhecimentos relacionados ao trabalho	2	1	4	6	8	21
3.5 Competências relacionadas ao trabalho	4	5	9	9	11	38
3.6 Espírito empreendedor	2	2	5	7	8	24
Totais	139	161	176	191	205	872
%	41%	48%	52%	57%	61%	52%

Fonte: Adaptado de Sveiby (1997 *apud* Carvalho, Ensslin e Igarashi, 2006, p. 5).

Na Tabela 2 percebe-se que, por exemplo, eu os elementos Clientes (2.2) e Sistemas de Informações (1.7), foram evidenciados por 69 e 64 vezes, respectivamente. Ou seja, bem próximos ao máximo possível de 70 (14 empresas x 5 anos). Após proceder esses somatórios, foi possível identificar a frequência de divulgação em cada uma das categorias (Capital Interno, Capital Externo e Capital Humano). Pode-se perceber que do total de 872 ocorrências nos cinco anos analisados, 351 foram na categoria Capital Externo, 297 no Capital Interno e 224 na Competências dos funcionários. Isso representou uma média geral de divulgação 52%.

4 Apresentação dos resultados

O período estudado é o de 2003 a 2007. Dessa forma, a intenção é analisar a evolução no que tange ao nível e forma de preocupação dessas empresas para com seus elementos de CI, verificando quais os elementos divulgados e percentuais de divulgação do total pesquisado. Num primeiro momento, os resultados almejados eram que este estudo possibilitasse identificar a evidenciação voluntária de elementos de CI, por meio da análise de conteúdo dos RA. A evidenciação se deu sob três perspectivas. Inicialmente, verificou-se a existência de divulgação dos elementos de CI e quanto as empresas divulgaram. Num

segundo momento, avaliou-se a perspectiva freqüência de divulgação desses elementos de CI e a identificação da categoria mais representativa. Quanto à categoria, o estudo foi feito sob três enfoques (*Capital externo, Capital interno e Competência dos funcionários*) que é a classificação definida por Sveiby (1997). Na continuidade, apresenta-se a natureza da evidenciação do CI, valendo-se de elementos narrativos e/ou textuais extraídos dos próprios relatórios para melhor exemplificar.

4.1 Evidenciação por empresa

Da amostra pesquisada, todas as empresas apresentaram evidenciação de CI em todos os anos analisados, demonstrando com isso que basicamente todas as empresas da amostra se preocupam em evidenciar de forma voluntária seus elementos de CI e conseqüentemente preocupam-se em tornar público (Relatórios de Administração) seus esforços em relação ao Capital Intelectual. Porém, essa evidenciação ocorreu de forma narrativa e não chegou a 100% de ocorrência em nenhum ano para nenhuma empresa.

De modo geral as empresas apresentaram evolução na evidenciação entre 2003 a 2007 conforme mostra o Gráfico 1.

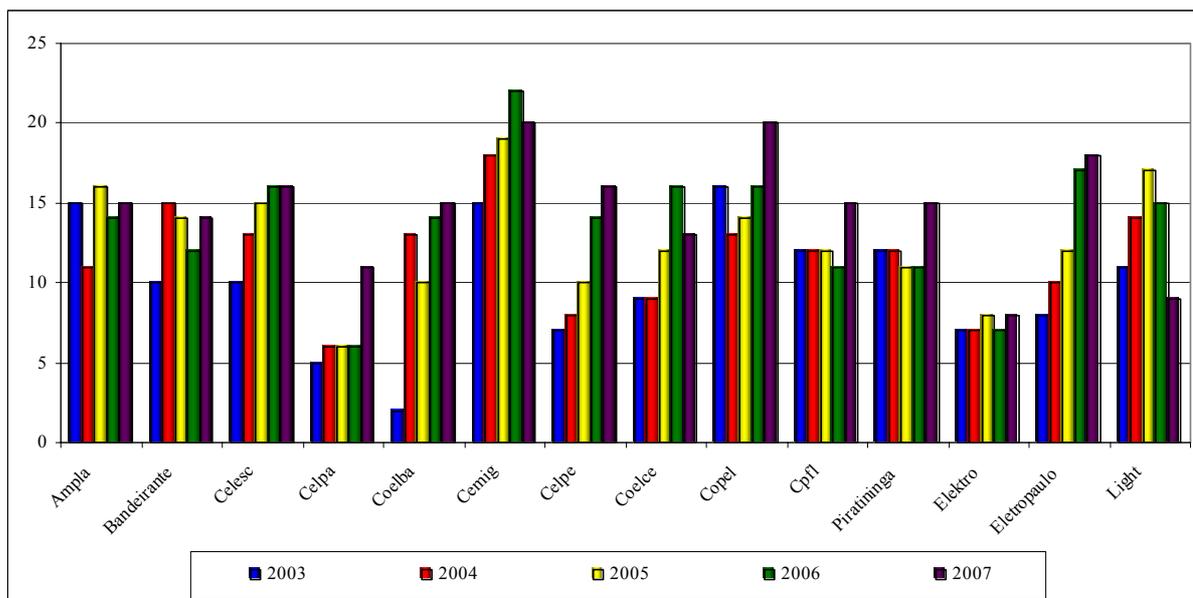


Gráfico 1: Evidenciação de CI por empresa, 2003 a 2007

Fonte: Elaboração Própria

No Gráfico 1 pode-se constatar que a empresa que mais elementos apresentou foi a CEMIG. Ela lidera neste aspecto, desde 2004. Em 2006, apresentou seu melhor índice, com 21 elementos (88% do total). Em 2004, 2005 e 2007, ela também é a empresa que mais evidencia, porém com 18, 19 e 20 elementos, respectivamente. No caso da CEMIG, pode-se inferir que ela possui forte preocupação com a evidenciação voluntária de seus elementos de CI pois, além de ser a que mais evidencia, ela mantém uma evidenciação uniforme.

A Ampla teve em 2005 seu pico de evidenciação com 16 elementos, fechou 2007 com 15 elementos evidenciados, um a mais do que em 2006. Não houve uma evolução significativa, no entanto, manteve uma média de 14 elementos por ano, sendo assim, em 2007 ficou acima dessa média.

A Bandeirante, no início da pesquisa (2003), evidenciou 10 elementos. Obteve uma média de 13 elementos por período e fechou 2007 com evidenciação de 14 elementos.

A Celesc obteve média de 14 elementos evidenciados por ano. Em 2003 evidenciou 10 dos 24 elementos, já em 2007 chegou a 16. Logo, indica um comportamento de preocupação crescente com a explicitação deste recurso.

A Celpa, obteve o menor percentual de evidenciação da pesquisa, uma média de 7 elementos divulgados por período. No entanto, acompanhou o crescimento. Em 2003 a evidenciação foi de 5 elementos, enquanto que em 2007 já apontava 11 elementos.

A Coelba obteve uma média de 11 elementos, sendo que em relação a 2003, onde evidenciou apenas dois elementos, obteve um crescimento recorde, saltando para 15 em 2007.

A Cemig, conforme já destacado, foi destaque da pesquisa pois, em praticamente todos os anos, evidenciou mais do que as demais. Sua média no período foi de 19 elementos.

A Celpe obteve média de 11 elementos e, por apresentar um crescimento constante fechou 2007 com 16 elementos.

A Coelce apresentou crescimento, sendo que seu pico foi em 2006. Obteve média de 12 elementos divulgados nos 5 anos. Fechou o período analisado com 13 elementos. Três abaixo do ano imediatamente anterior.

A Copel, após a Cemig foi a empresa com maior evidenciação. Média anual de 16 elementos, sendo que a empresa apresentou um decréscimo nos três primeiros anos já que em 2003, foi a que mais divulgou. No entanto nos demais anos, foi superada pela empresa Cemig. Fechou o período com 20 evidenciações. Quatro a mais do que no ano de 2006.

As empresas, Cpfl e Piratininga apresentaram média de 12 elementos evidenciados por ano. Ambas mantiveram uma média de 12 elementos evidenciados nos 3 primeiros anos e apresentaram um crescimento no último ano, fechando 2007 com 15 elementos.

A Elektro foi a segunda empresa que menos evidenciou este recurso em seus RAs. Obteve uma média de 7 elementos evidenciados anualmente. No último ano apresentou leve crescimento e fechou 2007 com 8 elementos evidenciados.

A Eletropaulo, apresentou forte crescimento principalmente nos dois últimos anos e ficou com uma média de 13 elementos evidenciados.

Por fim, a Light, foi a única empresa que no ultimo ano (2007) evidenciou menos do que no primeiro. Em 2003, foram 11 elementos. Em 2004 e 2005, ela apresentou um comportamento crescente com 15 e 17 evidenciações, respectivamente. Já em 2006 e 2007 houve um decréscimo e a empresa fechou 2007 com apenas 9 elementos evidenciados, abaixo da sua média geral de 13 elementos.

4.2 Frequência da evidenciação e categoria mais representativa

Na Tabela 2 viu-se as frequências encontradas na análise do conteúdo dos Relatórios de Administração das empresas da amostra, referentes aos exercícios de 2003 a 2007. Os resultados mostram a não-utilização dos códigos 2 e 3, o que demonstra que os dados encontrados foram informados apenas de forma narrativa ou não foram evidenciados, visto que somente foram utilizados os códigos 0 e 1.

O item de maior evidenciação foi Clientes com um percentual de 99% de divulgação por parte das empresas pesquisadas. Já o item de menor divulgação foi Acordos de *Franchising* com 0% de evidenciação.

Acerca desses resultados, cabem algumas considerações como: analisando o setor elétrico, verifica-se que não é muita surpresa a CEMIG ter se destacado dentre as empresas da amostra, uma vez que esta empresa, além de possuir uma história dentro do seu segmento, abriu-se para novos mercados e hoje possui negócios inclusive fora do País. É reconhecidamente uma empresa de sucesso e de referência no setor elétrico, sendo constantemente premiada como a melhor distribuidora de energia elétrica do País.

Com relação ao item mais divulgado, ter sido Clientes o que poderia explicar tal fato são as mudanças estruturais que as empresas do segmento sofreram ao longo do período, quando se dividiram em *holding* (administração), geração e distribuição, gerando muitas mudanças estruturais, contratos e negócios favoráveis apontados nos relatórios das empresas em 2007. Além disto, merece destaque a importância crescente das pesquisas de satisfação dos clientes, coordenadas pela Aneel, na formação do preço das tarifas e na concessão de premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais.

Os itens Patentes, Marcas registradas e Direitos autorais foram assinalados uma única vez em 2003, 2004 e 2006 por parte da CEMIG, a empresa demonstrava que possuía alguns projetos e assinalava o interesse em patenteá-los, bem como demonstrava o interesse em obter direitos autorais por parte desses projetos. Além da menção por parte da CEMIG, o elemento Patentes foi mencionado em 2004 pela CPFL e PIRATINIGA. O mesmo acontece com Acordo de *franchising*, que não foi mencionado em nenhum momento. Isso demonstra que esses itens não faziam parte da realidade do setor estudado. Com isso, afetaram negativamente, o grau de divulgação de CI do setor.

Porém, convém destacar que, este cenário provavelmente se alterará nos próximos anos, especialmente no que concerne ao item Marcas e Patentes. Isto porque, desde o início desta década, as empresas do setor vem investindo significativos montantes de recursos em pesquisa e desenvolvimento. Isto provavelmente se traduzirá, em breve, no maior número de solicitações e pleitos de registro de Marcas e Patentes.

No Gráfico 2, pode-se observar o percentual de divulgação das três categorias de CI e a categoria mais representativa.

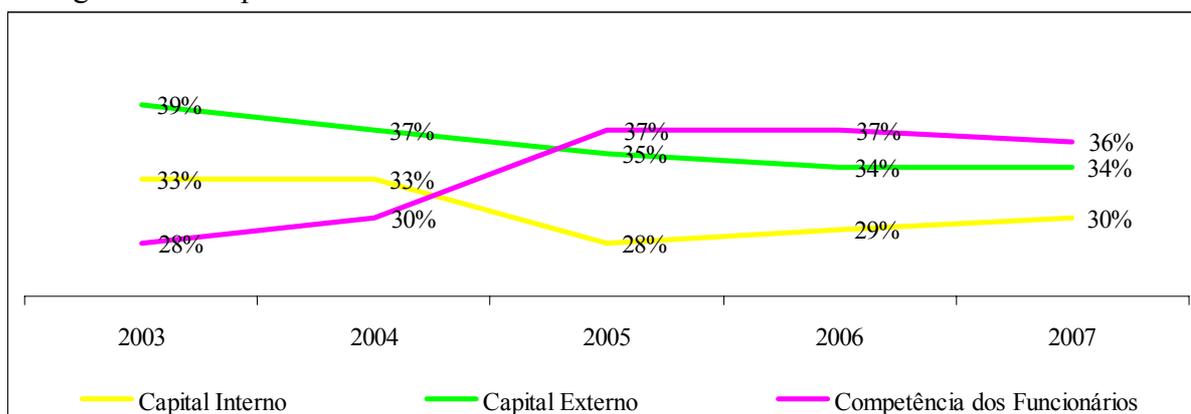


Gráfico 2 - Comparativo da frequência de evidênciação das categorias de CI

Fonte: Dados da pesquisa

Ao fazer uma análise entre os anos da pesquisa, chama-se a atenção para a inversão da categoria mais evidenciada. Nos anos de 2003 e 2004 a categoria mais evidenciada foi Capital Externo com 39% e 37% respectivamente. Nos anos de 2005 a 2007 a categoria mais representativa foi Competência dos Funcionários. Note-se que, nos dois primeiros anos estudados, esta categoria era a menos representativa.

O crescimento na evidênciação da categoria Competência dos Funcionários, foi acentuado nos cinco anos de estudo. A categoria Capital Externo fez o caminho inverso com uma curva decrescente em termos de evidênciação. O Capital Interno possui uma evidênciação uniforme porém, é a categoria menos evidenciada.

De acordo com os comparativos mencionados é possível concluir que até os anos de 2004 e 2005 a categoria mais evidenciada foi Capital Externo, sendo que de 2005 em diante a categoria mais evidenciada passou a ser Competência de Funcionários. Essa constatação da maior evidênciação deste item em 2007, é corroborada pelos estudos de Amaral (2008).

Os trabalhos de Backes, Ott e Wiethaeuper (2005) e de Santos (2007) apontam Capital Estrutural como item mais evidenciado em seus estudos, sem mencionar a possibilidade de inversão desses valores.

Nos estudos realizados por Carvalho (2006), Carvalho, Ensslin e Igarashi (2006), Rottini (2007) e Ensslin, Reina e Vicente (2008) os resultados apontam para maior evidência da categoria Capital Externo sendo que os referidos estudos fazem análises referentes aos períodos de 2002 a 2006.

O Estudo de Amaral (2008) aponta para resultados diferentes dos demais, tendo como categoria mais evidenciada a Competência de Funcionários.

No estudo realizado é possível analisar essas ocorrências e o cenário de Categoria mais evidenciada, principalmente em função de se ter uma amostra mais ampla em relação ao período estudado.

Nos anos de 2003 e 2004 o estudo acompanhou os resultados dos estudos anteriores com a mesma data base, ou seja, a categoria mais representativa foi Capital Externo com 39% e 37% respectivamente.

No entanto Competência dos Funcionários apresentou um crescimento acentuado nos cinco anos de estudo. A categoria Capital Externo faz o caminho oposto e de acordo com o Gráfico 1 possui uma curva decrescente em termos de evidência. Capital Interno possui uma evidência consideravelmente uniforme sendo que é a categoria menos evidenciada.

Com isso, chama-se atenção para a importância de estudos mais longitudinais pois, essa inversão pode ser observada, graças ao fato de terem sido estudados 5 anos. Por exemplo, se tivessem sido analisados apenas os dois primeiros anos ou os dois últimos, as conclusões teriam sido quase opostas. Na última subseção de análise dos resultados da pesquisa, será analisada a evolução da evidência média de CI, por parte das empresas da amostra.

4.3 Evidência Média Total

Este tópico tem por propósito verificar o comportamento das empresas em relação à evidência dos elementos de CI, no período analisado. Assim, conforme já discutido anteriormente, todas as empresas evidenciaram elementos em todos os anos, totalizando 872 evidências. Caso houvesse 100% de evidência, isso representaria 336 elementos por ano (24 elementos x 14 empresas). Conseqüentemente, 100% de evidência no período representaria 1.680 elementos evidenciados (336 elementos ano X 5 anos). Com isso, no período estudado a média de evidência ficou em 52% (872 elementos evidenciados dividido por 1.680 elementos possíveis). Esse percentual ainda baixo mas, quando analisado em termos evolutivos constata-se um cenário bem mais positivo. Isso pode ser visualizado no Gráfico 3.

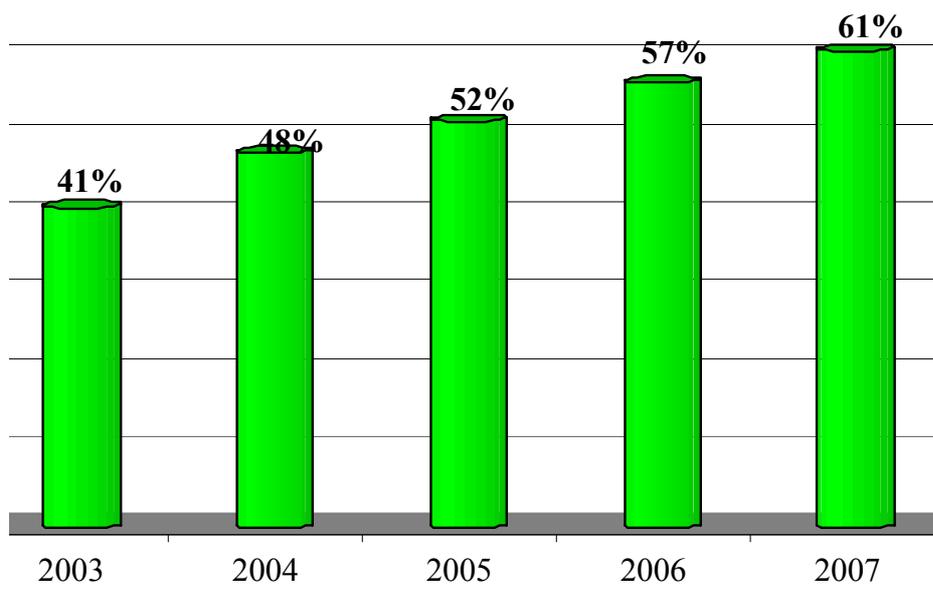


Gráfico 3 Evolução de Evidenciação Média de CI, 2003 a 2007

Fonte: Elaboração Própria

O Gráfico 3 ilustra a evolução quanto a evidenciação durante o período estudado, onde em 2003 a média era de 41% e já em 2007 essa média já aponta 61%, bem acima da média geral de 52%. Em outras palavras, significa dizer que, de 2003 a 2007, o grau de evidenciação aumentou em 49%. Isso certamente é uma evolução significativa.

O com a visualização do Gráfico 3 é possível concluir que os resultados demonstram uma preocupação crescente das empresas em evidenciar seu CI. Ou seja, elas cada vez mais, estão reconhecendo a importância e o valor desses recursos, e buscam de alguma maneira mostrar isso ao mercado. Atualmente esta maneira ainda está fortemente pautada em formas qualitativas. Possivelmente, grandes esforços materiais e intelectuais resultarão no aprimoramento desta forma para uma mais próxima aquilo que efetivamente é demandado pelos gestores. Somente com esforços concentrados será possível evoluir deste estágio para um mais robusto e confiável.

4.4 Elementos não pertencentes ao setor.

Durante o estudo constatou-se que alguns elementos ainda não fazem parte da realidade do setor. Os itens Patentes, Direitos Autorais e Marcas Registradas apareceram poucas vezes.

O item Patentes apareceu em três empresas apenas. As empresas Cpf e Piratininga, fizeram menção ao elemento patente em uma única vez, ambas no ano de 2004. A empresa Cemig fez menção a Patentes, Direitos Autorais e Marcas Registradas em 2003, 2004 e 2006.

Os itens Marcas e Patentes são pouco mencionados, no entanto durante a leitura dos relatórios, muitos relatos de investimentos em pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram detectados, isso pode no futuro refletir em um aumento de divulgação destes itens.

O item Canal de Distribuição é pouco mencionado. No entanto, isso decorre das características e peculiaridades próprias do setor, já que normalmente a estrutura utilizada para a distribuição de seus produtos é complexa e muitas vezes não mencionada.

Por fim o item Acordos de *Franchising* não faz efetivamente parte da realidade do setor de Distribuição de Energia elétrica, ao menos em termos de evidenciação nos RA's já que em nenhuma empresa, em nenhum ano, houve qualquer menção sobre o assunto.

Se estes elementos (Patentes, Direitos Autorais, Marcas Registradas, Canal de Distribuição e Acordos de Franchising) fossem desconsiderados da matriz utilizada, o índice de evidenciação das empresas subiria e o índice geral também. Este último subiria de 52% de média geral de evidenciação para 66%.

Isto denota que, dependendo da abordagem utilizada para fazer o estudo, podem mudar os resultados. Isso requer, no mínimo, muito critério, explicitação e ética por parte do pesquisador na hora de proceder a escolha da abordagem a ser utilizada. Além disso, entende-se que uma adequação às características e peculiaridades do setor seriam úteis.

5 Conclusões

O principal objetivo desta pesquisa foi investigar o grau de evidenciação de Capital Intelectual nos Relatórios da Administração entre os anos de 2003 a 2007, por parte das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil que operam na BM&FBOVESPA. Nesse sentido, os resultados foram positivos e demonstram uma tendência de crescimento, já que, no período estudado houve uma evolução, partindo de 41% de evidenciação em 2003 para 61% em 2007. Um aumento de quase 50% ou 20 pontos percentuais. Os resultados da pesquisa demonstraram que os índices de divulgação ainda são tímidos e ainda não muito evoluídos, porém, conforme apontados no artigo, existem itens como Patentes e Acordo de *franchising* que não fazem parte da realidade da amostra. Itens esses que poderão ser mais evidenciados no futuro, uma vez que os relatórios demonstram alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, porém, nesse primeiro momento, não fazem parte da realidade da amostra, e isso pode ter contribuído para reduzir os índices de evidenciação.

Individualmente, o destaque ficou por conta da CEMIG. Ela, dos cinco anos analisados, foi a que mais evidenciou elementos de CI em quatro. Isso mostra o quanto o CI é valorizado na companhia. Ela faz questão de abordar o tema destacando as premiações, o reconhecimento dentro do setor, a importância dentro do seu estado, e até fora do País, e reconhecimento por ela atribuído às três categorias de CI. Isso permite acreditar que esta preocupação com o tema, colabora para o seu sucesso.

Com relação às formas de divulgação de CI, verificou-se que ela se dá de maneira qualitativa por meio de produção textual fazendo alusão ao CI. Este cenário possivelmente sofrerá algumas modificações sejam com a evolução e robustecimento das pesquisas como por força de lei (Lei 11.638/07) que criou, o subgrupo Ativos Intangíveis dentro do Ativo Imobilizado. Isso forçará as empresas a evoluírem da forma textual para a numérica. Resta atentar porém, para todas as armadilhas deste processo, conforme discutido por Schnorrenberger (2005).

Dentre as três categorias de CI, o Capital externo se mostrou mais evidente em 2003 e 2004, ocorrendo inversão nos demais períodos e sendo Competência dos Funcionários a categoria mais representativa nos demais períodos. Os resultados alcançados ilustram a preocupação das empresas com o seu CI e em demonstrar aos seus investidores e futuros investidores como é administrado, gerido e/ou valorizado o Capital Intelectual em seu âmbito de atuação. Ao fazer comparativos com estudos de outros autores, observou-se que a forma narrativa, também identificada nos outros estudos, prevaleceu. Ressalta-se ainda que, no estudo de Amaral (2008), a categoria mais evidenciada também foi a de Competência de Funcionários, sendo que o período estudado é o de 2006 e 2007. Os resultados podem apontar uma tendência, já que, na presente pesquisa e nos estudos anteriores, as análises em períodos iguais apresentaram os mesmos resultados, ou seja até 2004 e 2005 a categoria de maior evidenciação foi Capital Externo e a partir de 2006 Competência dos Funcionários conforme o presente trabalho e o de Amaral (2008).

Deixa-se como recomendação para estudos futuros que envolvam períodos maiores de análises podendo também envolver outros setores, como também ficar delimitado ao setor elétrico, porém, de forma mais abrangente, em número de anos. Estudos também são recomendados para verificar o comportamento da evidenciação voluntária nas empresas após as mudanças trazidas com a Lei nº 11.638, em especial após a criação do subgrupo intangível dentro do Ativo Permanente.

O caminho a ser percorrido é longo e espinhoso. Porém, o desafio é o motor da evolução. Quem se habilita?

6 Referências

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. **Capital Intelectual: Verdades e Mitos**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 29, p. 41 – 54, maio/agosto, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70º ed. 1979.

BEUREN, I. M.; OLIVEIRA, J. M. **O tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n.32, p. 81 – 98, maio/agosto, 2003.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em 18 março 2008.

BRASIL. **Lei n 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 9 maio 2008.

_____. **Lei n 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 11 de junho 2008.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.; IGARASHI, D. C. C. **Evidenciação voluntária do Capital Intelectual no contexto brasileiro: cotejamento com os contextos internacional e australiano**. In: 30º Encontro da ANPAD, 2006, Salvador/Bahia. *Anais ...* Salvador: 2006. CD-ROM.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. **A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis**. In: Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUTHRIE, J.*et al.* **There is no accounting for intellectual capital in Australia: review of annual reporting practices and internal measurement of intangibles within Australian organization**. International Symposium of Measuring and Reporting Intellectual Capital. Amsterdam, 1999.

HENDRIKSEN, S. E.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zorato Sanvincente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R., **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KAYO, E. K.; BASSO, L. F. C. **Avaliação de Ativos Intangíveis e Analytic Hierarchi Process: Um ensaio sobre hierarquização dos direcionadores não-Financeiros de Valor**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional. Disponível em: <<http://www.gestaoorg.dca.ufpe.br>>. Acesso em 24 Março. 2005

MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. **Estrutura para detecção do risco de fraude nas demonstrações contábeis: Mapeando o ambiente fraudulento**. Revista Brazilian Business Review, nº. 3, p. 171-190, Set/Dez. 2007.

NEIVA, R. A. **Valor de Mercado da Empresa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NONAKA, I. TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

PIACENTINI, N. **Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 2004. 132 f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2004.

REINA, D.; ENSSLIN, S. R.; BORBA, J.A. **Evidenciação Voluntária do Capital Intelectual nos Relatórios da Administração em Empresas do Novo Mercado no ano de 2006**. In: CONTECSI - Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação. 5. 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2008. CD-ROM.

REINA, D.; ENSSLIN, S. R.; VICENTE, E. F. R. **Capital Intelectual: Uma Análise Comparativa da Evidenciação Voluntária em Empresas de Governança Corporativa no ano de 2006**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade. 18; 2008, Gramado, *Anais...* Brasília: 2008. CD-ROM.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROTTINI, G. C. **Um Estudo Empírico Sobre a Evidenciação do Capital Intelectual, nos Relatórios da Administração das Entidades com maior Capital Social, Listadas Na Bovespa Nos Anos de 2005 e 2006**. Florianópolis: UFSC, 2007.

SCHIMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHNORRENBERGER, D. Identificando, Avaliando e Gerenciando os Recursos Organizacionais Tangíveis e Intangíveis por meio de uma Metodologia Construtiva (MCDA): Uma Ilustração na Área Economico-Financeira. 223f. Tese (Doutorado em

Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

STEWART, T. A. **Capital Intelectual: A nova vantagem Competitiva das Empresas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TRIPOLD, T.; FELLIN, P.; MEYER, H.J. **Análise da pesquisa social: Diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.